REUNIÃO ENTRE O SINDEP E O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

(2 de fevereiro de 2016)

Presentes à reunião a delegação do **SINDEP** e os representantes do ME, Sr.ª Secretária de Estado Adjunta e da Educação e Sr. Secretário de Estado da Educação, bem como representantes da DGAE e do Ministério das Finanças.

O Secretário Geral do **SINDEP** começou por realçar a mudança de atitude do ME relativamente a anteriores equipas da educação, uma vez que agora há sinais de pré-disposição para uma verdadeira negociação com as associações sindicais.

De seguida apresentou as preocupações do **SINDEP** sobre os seguintes assuntos, já entregues também formalmente ao ME, aguardando resposta positiva:

- **Alteração da periodicidade do concurso, passando a anual**, até porque na prática já sucede que todos os docentes podem concorrer anualmente;

- **Formação contínua baseada nas reais necessidades de cada escola**, baseada no atual regime jurídico da formação com ligeiras adaptações;

- **Deslocações dentro dos Agrupamentos**, quer no que diz respeito a regras de distribuição de serviço quer no que diz respeito a pagamento de despesas e atribuição de tempo para deslocação;

- **Correção dos horários do 1º ciclo** para que os intervalos voltem a ser contabilizados na componente letiva;

- **Alteração para 22 horas letivas do horário do 1º ciclo e aplicação do artº79º do ECD** a todos os docentes;

- **Resolução urgente das situações de professores prejudicados na BCE** por alegada falta ou erro de comprovativos, uma vez que não existiu a fase da validação, nem a possibilidade de contraditório, consubstanciando a penalização de tais docentes uma grave limitação de direitos fundamentais, como aliás consta de recomendação do Sr. Provedor de Justiça, datada de 10/11/2015, e dirigida à DGAE;

- **Revogação da norma que exige a apresentação anual de certificado de registo criminal por parte de professores e funcionários**, ou criação de um mecanismo que permita às escolas a obtenção gratuita do documento;

- **Aplicação do código do trabalho no que respeita ao regime de vinculação dos docentes contratados** – passagem a contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;

- Necessidade de se começar desde já a **preparar a forma como vai ser feito o descongelamento e a progressão na carreira**;

- **Abandono da ideia de municipalização da educação**, evitando-se que as escolas tenham que vir a responder perante mais uma entidade - a câmara municipal -, com o inerente aumento da pressão e influência partidária na escola pública.

Os dignos representantes do ME tomaram boa nota da intervenção do SG do **SINDEP**, esclarecendo que algumas situações são de resolução mais demorada do que outras, mas que o ME está já a trabalhar em alguns do problemas elencados, nomeadamente a vinculação de docentes contratados, o certificado de registo criminal - em colaboração com o Ministério da Justiça -, a contagem do tempo a 1 de setembro, a questão da omissão das portarias respeitantes à criação de vagas nos 5º e 7º escalões e do período probatório;